

LUÍS MOTA

**A REFORMA DA UNIVERSIDADE
ENQUANTO PROJECTO PEDAGÓGICO (E SOCIAL)
DE FORMAÇÃO DE ELITES**

Separata da Revista de História das Ideias, Vol. 22
Faculdade de Letras
Coimbra
2001

A REFORMA DA UNIVERSIDADE
ENQUANTO PROJECTO PEDAGÓGICO (E SOCIAL)
DE FORMAÇÃO DE ELITES

Neste texto perspectivamos a emergência das ideias e atitudes de racionalismo, experimentalismo e naturalismo – compaginadas com os limites impostos pelo diálogo Razão e Fé, expresso na literatura antifilosofista e antideísta – numa leitura pedagógica e social que se institucionalizou em 1772, mas cuja génese se delineou desde os anos quarenta de setecentos e se prolonga na actividade da Academia Real das Ciências e em alguma poesia didascálica.

1. As *Luzes* em Portugal actualizaram propostas de Descartes, Newton, Locke e Leibniz, entre outros, caldeando as ideias que corporizaram o pensamento e a acção de uma Ilustração que ficará para a história como Católica⁽¹⁾, Cartesiana no gosto pelo raciocínio, na busca incessante da evidência intelectual e na pretensão de tudo julgar através do exercício da dúvida metódica – corrigido, nos seus excessos de evidência racional, pelas propostas experimentais nas Ciências da Natureza e pelo espírito histórico nas Ciências Humanas. Esta correcção lockio-newtoniana, apenas significa mudança de grau consubstanciada na substituição das especulações metafísicas e das

* Escola Superior de Educação de Coimbra.

(¹) Cf. Bianca Magnino, *Iluminismo e Cristianesimo*, Brescia, Morcelliana, 1960.

teorias escolásticas⁽²⁾. O sentido teleológico da vida permanece e através do vazio do universo, Newton abre caminho a Deus. Valida uma leitura em que Deus fixou livremente as Leis do universo. A física teológica aproveita a inteligibilidade do universo newtoniano, para nele glorificar o Deus cristão. Locke ao a priorismo das ideias inatas opõe a experiência sensível. A realidade apreende-se pela observação e análise dos factos. Sobrepõe, à concepção metafísica, uma concepção genética do conhecimento. O alcance e valor do conhecimento concretizam-se no estudo da origem das ideias com base na experiência. A sua lógica, ao transformar-se numa lógica dos factos, da experiência, é também nestes que se estabelece o pilar de sustentação da certeza do conhecimento. Ao contrário dos restantes, Locke não funda em Deus a certeza do conhecimento, mas esta é-lhe inerente⁽³⁾. A influência de Leibniz, detectada em João Baptista, do Oratório, vai, entre nós, ao invés do que aconteceu em França, em apoio da afirmação do cartesianismo.

Com estas ideias se plasticizou um projecto pedagógico e social que manifesta "fé", numa aproximação ao pensamento Kantiano do *Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*, no binómio Saber-Poder e na relevância da liberdade, impondo-lhe determinados limites⁽⁴⁾.

Veiculando um entendimento do enciclopedismo enquanto canal de comunicação, materializando a sua preocupação com a circulação e divulgação das novidades, da actualização e da acessibilidade aos novos conhecimentos, afirmando-se na publicação de um *Jornal Encyclopédico* e na circulação de todas as grandes enciclopédias da época⁽⁵⁾. A orientação dada aos conhecimentos, trilhou o viés da manutenção do *status quo* no que toca a questões fundamentais do Estado e da religião, sublinhando o seu carácter politécnico no sentido da transformação e domínio da natureza.

(²) J. S. Silva Dias, *Portugal e a Cultura Europeia (Séculos XVI a XVIII)*, Coimbra, Biblos, 1953, p. 185.

(³) J. S. Silva Dias, *Portugal e a Cultura Europeia (Séculos XVI a XVIII)*, Coimbra, Biblos, 1953, p. 190.

(⁴) Cf. E. Kant, "A Resposta À Pergunta: O Que São As Luzes". Apresentação, tradução e notas de José Esteves Pereira, "Kant e 'A Resposta À Pergunta: O Que São As Luzes?'" , *Cultura - História e Filosofia*, Lisboa, vol. III, 1984.

(⁵) Cf. João Luís Lisboa, "Enciclopedismo e Anti-Enciclopedismo", *Prelô*, Lisboa, vol. 4, 1984, pp. 98-108.

Estamos perante um enciclopedismo informacional, afastado das propostas filosóficas mais abertas⁽⁶⁾.

2. Uma análise mais demorada da História das Ideias setecentistas, obrigar-nos-ia a recuar no tempo pois "entre a passagem do Cabo Bojador e a condenação de Galileu – em 1633 – lançaram-se os germens de uma nova cartografia do ser, saber e poder"⁽⁷⁾. Parece-nos legítimo concluir que desde seiscentos, retirando alguns momentos de carácter meramente biográfico, a cultura portuguesa viveu apartada do dinamismo europeu, muito para além do que o afastamento geográfico poderia justificar. As diferentes explicações apontam obstáculos no domínio político e do religioso e para um terceiro, o epistemológico⁽⁸⁾, que se traduz pela aceitação de uma fronteira, que explicita o ponto de chegada do saber filosófico. Fronteira epistemológica medieval, que tem a sua assumpção na "perennis philosophia"⁽⁹⁾. Fora desta tudo é falso – a comprová-lo o sistemático silêncio sobre os novos conhecimentos e a postura, mesmo crítica, de um António Cordeiro. É a crença na validade interna da própria escolástica como justificativo de vida, cultura e modelo cristão.

A Congregação do Oratório integra as Ciências Naturais nas suas aulas, comprovada na *Recreação Filosófica*⁽¹⁰⁾, onde Teodoro de Almeida ilustra exaustivamente o paradigma da Filosofia-Ciência naquela que foi considerada a "obra mais significativa da Ilustração em Portugal"⁽¹¹⁾. Progressiva renúncia às categorias e discussões ontológicas e evolução no campo da lógica com o Padre João Barbosa, em 1754. Abertura, na origem das ideias, ao pensamento de Locke, e

(6) Cf. José Esteves Pereira, "A Ilustração em Portugal", *Cultura – História e Filosofia*, Lisboa, vol. VI, 1987, pp. 187-194.

(7) J. S. da Silva Dias, *ob. cit.*, p. 41.

(8) Cf. J. S. da Silva Dias, *Cultura e Obstáculo Epistemológico do Renascimento ao Iluminismo em Portugal*, Lisboa, dactilo-escrito, 1986.

(9) Cf. J. S. da Silva Dias, "O Cânone Filosófico Conimbricense (1592-1606)", *Cultura – História e Filosofia*, Lisboa, vol. IV, 1985, pp. 257-370.

(10) Teodoro de Almeida, *Recreação Filosófica ou Diálogo sobre a Filosofia Natural, para a instrução de pessoas curiosas, que não frequentarão as aulas*, Lisboa, na Typ. de José Baptista Morando, 1835 (10 vols.).

(11) José Esteves Pereira, *ob. cit.*, 1987, vol. VI.

ao de Newton, na problemática do método⁽¹²⁾. Os anos quarenta vão ser críticos. Azevedo Fortes, João Baptista e, especialmente, Luís António de Vernei vão recolocar as questões em termos novos, pelo menos em termos de saber.

3. O *Dicionário Histórico e Crítico* de Pierre Bayle, traduz uma crescente preocupação com o histórico e abertura à racionalização desse espaço do conhecimento da dimensão humana. O facto problematiza-se e busca-se a sua inteligibilidade. A concepção histórica ilustrada, afasta Deus, tornando o homem o autor do mundo histórico, mundo esse que possui leis que o historiador deve discernir e, paralelamente, o âmbito da História alarga-se. Análise racional, observação, conhecimento científico que poderá ter aplicações práticas. A Filosofia da História subjugaria a História – tal como a Filosofia Natural dominava a Natureza – tomando em mão os destinos da humanidade para a conduzir a bom fim.

Em Portugal, o discurso histórico não tem o mesmo sinal. A herança é comum, mas o horizonte é outro. Filha da racionalização dos conhecimentos, pelo viés newtoniano – método empírico-dedutivo – é na década de quarenta do século XVIII, que se afirma uma História propedêutica dos saberes, já pautando Luís António Vernei no seu *Verdadeiro Método*⁽¹³⁾.

Os Estatutos da Universidade⁽¹⁴⁾, fruto da labuta legislativa pombalina, institucionalizam a História como propedêutica dos saberes "sintético-compendiários", consubstanciando-se, por exemplo, na História Eclesiástica, subsidiária da Teologia⁽¹⁵⁾, incluindo nos *Prolegomenos geraes da Filosofia* um resumo da História Filosófica, "mostrando a origem e progresso della; as diferentes Seitas, em que se dividio; os esforços, e os delirios dos Filósofos mais célebres na Republica das Letras pelos seus descobrimentos, e pelos seus

(12) Cf. J. S. da Silva Dias, *O Eclectismo em Portugal no Século XVIII, Génesis e Destino de uma Atitude Filosófica*, Coimbra, Instituto de Estudos Psicológicos e Pedagógicos, 1972.

(13) Luís António de Vernei, *Verdadeiro Método de Estudar*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1950, vol. III – Estudos Filosóficos, pp. 19-20.

(14) *Estatutos da Universidade de Coimbra [...] para a Restauração das Sciencias e Artes Liberais [...]*, Lisboa, na Regia Officina Typografica, 1772.

(15) *Estatutos [...]*, 1772, Livro I, p. 24.

erros”(16) ou na introdução histórica prevista para a Botânica(17). O *Discurso sobre o bom e verdadeiro gosto na Philosophia*, de Soares Barbosa em 1776, vem de algum modo consagrar esta perspectiva de historicização do conhecimento e da dessacratização do mesmo. Ciência ao serviço do progresso do saber e da felicidade da sociedade, mas acautelando as fundamentações que se prendem com o teológico(18).

Perpassa por esta historicização, uma crescente erudição – cientificação do histórico(19) – histórica que tem como consequência o desenvolvimento das “ciências auxiliares” da História(20), no domínio do ensino e educação. Efectivamente, é de assinalar a importância atribuída à *Chronologia* e à *Geografia Sagrada e Ecclesiastica*, subsidiárias da História Eclesiástica(21), bem como o apelo à *Crítica e Diplomática*(22), no momento da “refundação”. Já antes, em 1769, Manuel do Cenáculo, no Plano de Estudos para a Congregação dos Religiosos da Ordem Terceira, incluía uma ordenação que aponta para o estudo da Arte Diplomática(23). Em 1775 é criada, na Universidade Pombalina, o ensino da Paleografia. A *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra*(24) reprova a negligência a que estavam vetadas as ciências auxiliares e apontava como panaceia de todos os abusos o recurso às fontes. As vicissitudes dilatam no tempo a criação da cadeira de Diplomática, apenas em 1796, entregue a João Pedro Ribeiro.

Sintomática é também a preocupação revelada por António Ribeiro dos Santos, na formação dos Bibliotecários Mayor e Menores da Biblioteca da Universidade, na sua Minuta de Regimento,

(16) *Estatutos [...]*, 1772, Livro III, p. 233.

(17) *Estatutos [...]*, 1772, Livro III, p. 242.

(18) Cf. José Esteves Pereira, “Natureza e Expressões do Saber”, *Prelo*, Lisboa, nº 4, 1984, pp. 73-83.

(19) Cf. J. S. Silva Dias, “Pombalismo e Projecto Político”, *Cultura – História e Filosofia*, Lisboa, vol. III, 1984.

(20) Cf. António Cruz, “A Reforma Pombalina e as Ciências Auxiliares da História”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 4, 1982, p. 101 ss.

(21) *Estatutos [...]*, 1772, Livro I, p. 25.

(22) *Estatutos [...]*, 1772, Livro I, p. 45.

(23) Cf. António Cruz, *ob. cit.*

(24) Cf. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra desde o principio da Nova Reformação até o Mez de Setembro de 1777 [...]*, p. 138.

apontando para uma formação no domínio das ciências auxiliares da História, das línguas grega e latina e da filologia. No que à Livraria diz respeito é visível uma preocupação utilitária no domínio dos conhecimentos, mesmo os históricos⁽²⁵⁾. Também na feitura dos compêndios de História Sagrada e Eclesiástica e de Instituições Canônicas é visível a integração das fontes. Os Estatutos das Reais Escolas de S. Vicente de Fora, revelam o mesmo sentido com a situação histórica dos conhecimentos⁽²⁶⁾. Outra vertente do histórico, em Portugal, é-nos dada pela tradução, em 1772, por Manuel Monteiro de Campos Coelho, do *Discurso sobre a História Universal*, de Bossuet, expoente do tradicionalismo contra as Luzes naturais⁽²⁷⁾.

É sob o patrocínio da fundamentação histórica que, do consulado pombalino ao período mariano, Ribeiro dos Santos realiza a actualização de uma fundamentação do poder civil e eclesiástico sustentando a moderação e o equilíbrio, apoiado na recuperação de textos não escritos, construindo uma proposta constitucional, com um plano legislativo no quadro das estruturas históricas tradicionais. A fundamentação histórica – com base na História Pátria – justificará, ainda, a defesa da coexistência pacífica e tolerância religiosa e étnica⁽²⁸⁾.

É neste contexto que liberdade e conhecimento são equacionados. A liberdade afirma-se pela racionalização dos conhecimentos, e é Azevedo Fortes, quem actualiza a emergência de liberdade, necessária em termos de conhecimentos. A posição de Vernei parece-nos ir no mesmo sentido, isto é, limites para a liberdade, mas abertura incontestada no domínio da leitura, enquanto Ribeiro dos Santos,

(25) Cf. Luís Mota, "A 'Minuta Para O Regimento Da Livraria Da Universidade De Coimbra' de António Ribeiro dos Santos – Algumas notas para o seu enquadramento histórico-cultural", in *Universidade(s) – História, Memória, Perspectivas*, Actas do Congresso História da Universidade 7º Centenário, Coimbra, 1991, vol. 2, pp. 197-228.

(26) Cf. José Esteves Pereira, *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII – António Ribeiro dos Santos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

(27) J. B. Bossuet, *Discurso sobre a História Universal, Ao sereníssimo Delfim. Para explicar a continuação da Religião, e a mudança dos impérios, oferecido ao ilustriss. E excellent. Senhor Jozé Seabra da Silva*, 3 vols.

(28) Cf. José Esteves Pereira, *O Pensamento Político [...]*, 1983, capítulo 8º, § 4, pp. 400-406.

acaba secundando este pensamento ao prever a aquisição de livros proibidos pela Livraria da Universidade e perfilha a "franqueza, do que demaziado reguardo, e cautela"⁽²⁹⁾, ilustrando o período de abertura ao conhecimento face ao apertado controlo mental pombalino.

4. Polissemia e imprecisão prática – a que anda associada uma unanimidade de adesões – compaginada com uma aplicação exaustiva e habilidosa, conduzindo-a para coordenadas reformistas, é a leitura do conceito de natureza em autores setecentistas. O seu "estatuto fundamental e fundamentante"⁽³⁰⁾ só se explica pela existência de um tronco comum, por detrás dessa multiplicidade significante. Este tronco comum adquire sistematização na *Metafísica* de Aristóteles e explana-se na obra de S. Tomás de Aquino, a *Suma Teológica*⁽³¹⁾.

Os anos quarenta de setecentos estabelecem o necessário diálogo entre razão, saber prático e experimentação, permitindo o surgimento de duas perspectivas do saber: ética e técnica. Neste período duas obras importantes vêm a luz do dia – a *Lógica, Racional, Geométrica e Analítica* (1744) de Manuel de Azevedo Fortes⁽³²⁾ e a *Philosophia Aristotélica Restituta* (1748) do oratoriano João Baptista⁽³³⁾. Assumem ambas esta dimensão ética e técnica do saber, perspectivando uma abertura aos novos conhecimentos. Compendiam o progresso da Filosofia Natural com novos conceitos da sociedade que encerram em si, o signo "utilitarista" do conhecimento e consequentemente a valorização do económico⁽³⁴⁾. Pretende-se uma leitura utilitária do conhecimento da natureza de modo que dê apoio às ciências e às artes

(29) Cf. Luís Mota, *ob. cit.*, 1991.

(30) Pedro Calafate, *A Ideia de Natureza no Século XVIII em Portugal (1740-1800)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

(31) Cf. Pedro Calafate, *ob. cit.*

(32) Manuel de Azevedo Fortes, *Lógica Racional, Geométrica e Analítica, obra utilíssima e absolutamente necessária para entrar em qualquer ciência e ainda para todos os homens, que em qualquer particular, quizerem fazer uso do seu entendimento, e explicar as suas ideias por termos claros, próprios e inteligíveis*, Lisboa, na Officina de Jozé António Plates, MDCCXLIV.

(33) João Baptista, *Philosophia Aristotélica Restituta et Illustrata que experimentis, qua ratiociniis nuper inventis*, s.d., 1748, citado por José Esteves Pereira, "Natureza e Expressões do Saber [...]", 1984.

(34) José Esteves Pereira, "Natureza e Expressões do Saber [...]", 1984.

visando o domínio da primeira, salvaguardando sempre a dimensão teológica.

Azevedo Fortes, Engenheiro-Mor do Reino, avança na perspectiva racionalizante dos conhecimentos e na sua aplicação prática paralelamente com um novo discurso de nobreza, assente na virtude – visa a ordem institucionalmente estabelecida. Afirma um conhecimento e sua prática, através “da apropriação reflectida da natureza humana, natureza que mais se dignifica pela instrução e pela utilidade que tenha no corpo da sociedade do que pelo acaso do nascimento”⁽³⁵⁾. A *Philosophia Aristotélica Restituta*, postula um conhecimento da natureza afastado do exemplário de tradição escolástica e do puro coleccionismo. Preocupação crítica do saber, revela um conhecimento harmónico de Deus, do Homem e da Natureza⁽³⁶⁾. O texto de Luís António Vernei revela explicitamente esta harmonia e assumpção das novas perspectivas. Sobre o conhecimento da Natureza e a sua valoração, atesta que “é melhor saber pouco com certeza, que acumular conjecturas e não concluir nada”⁽³⁷⁾. A perspectiva ética, consubstancia-se num discurso de virtude, em crítica explícita ao institucionalizado, assumindo que a natureza humana se dignifica pela instrução e pela sua utilidade à sociedade. Na perspectiva da harmonia com Deus, Vernei integra-se na corrente da teologia física da apologética europeia, à semelhança de outros intelectuais portugueses do seu tempo. Deus como criador do mundo articula-se com a possibilidade e necessidade do avanço do conhecimento pragmático da natureza⁽³⁸⁾. Este conhecimento vem reforçar o poder do criador. Expondo o que sobre esta matéria se prende com o Filósofo, afirma a dado passo “que o método que me parece mais próprio e eficaz é este: Provar, primeiro, que este Mundo foi criado in tempore, pois, se o admitimos eterno, perde-se a melhor razão para provar que ha um Deus”⁽³⁹⁾. A adesão à física teológica dos autores portugueses

⁽³⁵⁾ José Esteves Pereira, “Natureza e Expressões do Saber [...]”, 1984.

⁽³⁶⁾ Cf. J. S. Silva Dias, *Portugal e a Cultura Europeia (Séculos XVI a XVIII)*, Coimbra, Biblos, 1953.

⁽³⁷⁾ Luís António de Vernei, *Verdadeiro Método de Estudar*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1950, vol. III – Estudos Filosóficos, p. 252.

⁽³⁸⁾ Cf. Pedro Calafate, *ob. cit.*

⁽³⁹⁾ Luís António de Vernei, *Verdadeiro Método de Estudar*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1950, vol. III – Estudos Filosóficos, p. 245.

setecentistas é um facto⁽⁴⁰⁾. Se elencarmos a aproximação do pensamento de Ribeiro dos Santos com as ideias da apologética cristã detectamos as influências explícitas de Derham, Nieuwentyt, Abbadie e Bergier, Genovesi entre outros⁽⁴¹⁾. Este conhecimento, que reperspectiva a natureza, dimensiona-a na subordinação da natureza *naturata* à natureza *naturans*.

A apologética europeia dos séculos XVII e XVIII, nem sempre utilizou a natureza como prova da existência de Deus e conhecimento dos seus atributos. No entanto a valência religiosa da natureza parece-nos estar associada à recusa da escolástica, sugerindo-nos que uma leitura para além da peripatética necessitaria do complemento de integração da natureza e seus conhecimentos, isto é, emergia a necessidade de integrar as novas explicações do universo, causas segundas, sob caução da fé e revelação. Da utilização da física cartesiana – Genest⁽⁴²⁾ ou Vallade⁽⁴³⁾ – passa-se ao método empírico-indutivo de signo newtoniano. Surgem as obras de Ray⁽⁴⁴⁾, Derham⁽⁴⁵⁾ e Nieuwentyt⁽⁴⁶⁾, que procede a utilização finalista do newtonianismo. Assim, certa literatura apologética concluía que “Newton étoit intimement persuadé que l’existence d’un Dieu, et il entendoit par ce mot, non seulement un Être infini, tout puissant, éternel et createur, mais un Maître qui mis une relation entre lui et ses criatures; car sans cette relation, la connoissance d’un Dieu n’est

(40) Pedro Calafate, *ob. cit.*, parte I, capítulo I.

(41) Cf. José Esteves Pereira, *O Pensamento Político [...]*, 1983.

(42) *Principe Philosophique ou preuves naturelles de l’existence de Dieu et de l’immortalité de l’âme*, Paris, 1716, citado por Albert Monod, *De Pascal à Chateaubriand, Les Défenseurs Français du Christianisme de 1670 à 1802*, Genève, Slatkine Reprints, 1970, p. 192.

(43) *Discours philosophique sur la création et arrangement du monde*, Amsterdam, 1700, citado por *idem, ibidem*, p. 192.

(44) *L’Existence et la sagesse de Dieu manifestées dans les oeuvres de la création*, Londres, 1691.

(45) *Théologie physique*, Londres, 1713; *Théologie Astronomique*, Londres, 1714.

(46) *L’Existence De Dieu démontrée Par Les Merveilles De La Nature. En trois Parties: Où L’On Traite De La Structure Du Corps de L’Homme Des Elemens, Des Astres, E De Leurs Divers Effets, Avec Des Figures En Taille-Douce*, A Paris, De L’Imprimerie de Jacques Vincent, 1725.

qu'une idée stérile, qui sembleroit inviter au crime par l'espoir de l'impunité, tout raisonneur ne pervers" (47).

Encontramos um âmbito em que o simbolismo e a significação religiosa do universo se projectam da físico-metafísica para a história natural(48). De peso limitado em autores como Vernei, Ribeiro Sanches ou Teodoro de Almeida(49) afirma-se definitivamente o seu estudo com os Estatutos da Universidade "pombalina". Criação do Horto-Botânico e de uma disciplina de História Natural(50). A Academia Real das Ciências, vem prolongar e aprofundar esse estudo. O surgimento deste campo epistemológico, não afasta o simbolismo, mas temas que estimulem a reflexão metafísica, como harmonia ou ordem, surgem desvalorizados. Verificamos um afastamento em relação ao platonismo – na base de significação valorativa – e verifica-se uma aproximação aos tratados científicos de Aristóteles, que privilegiam o "conhecimento directo"(51). A preocupação científica é dominante – observação descritiva e taxonómica – ofuscando, sem refutar, a harmonia ciência-religião. Realiza-se o culto e descrição do objecto, assumindo dominância. Buffon constitui um ponto de chegada nesta evolução. Privilegia-se a objectividade, delimita-se o campo da História Natural e surge uma antropologia positiva – o homem torna-se o único ponto de referência, sobressaindo conjuntamente com as suas actividades específicas, as suas semelhanças com outras criaturas, a sua vertente material e orgânica. Os Estatutos da Universidade (1772) e Avelar Brotero – que nos afirma que esta deve ser cultivada para "progresso dos conhecimentos humanos [...] [e] commodidades da vida social"(52) – traduzem este caminho, pensadores existiram que,

(47) Dom Chaudon, *Dictionnaire Anti-Philosophique Pour Servir De Commentaire Et Correctif Au Dictionnaire Philosophique Et Aux Autres Livres Qui Ont Paru De Nos Jours Contre Le Christianisme*, À Avignon, Chez La Veuve Girard et François Seguin, Antoine Aubunel, 1774, p. 135.

(48) Cf. Pedro Calafate, *O Conceito de Natureza no Discurso Iluminista do Século XVIII em Portugal*, dissertação de doutoramento em filosofia apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, dactilo-escrita, 1991, p. 422 ss.

(49) Cf. Rómulo de Carvalho, *A História Natural em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, 1987, p. 27 ss.

(50) Cf. *Estatutos [...]*, 1772, Livro III, Título III, Capítulo II.

(51) Pedro Calafate, *ob. cit.*, 1994.

(52) Felix Avellar Brotero, *Compendio de Botanico ou Noçoens Elementares desta Sciencia, segundo os melhores Escriptores modernos, expostos na lingua Portuguesa*, tomo I, Paris, 1788, p. V.

mantendo a mesma objectividade no conhecimento, não deixam de lado a referência especular, visível em Domingos Vandelli e José Mayne⁽⁵³⁾.

Do ponto de vista institucional, do Poder, a reforma pombalina de 1772 transporta – buscou-o pelo menos – para a educação e ensino o signo de renovação de mentalidade e sentido de acção próprios do espírito de ilustração. Apesar de uma certa secularização e estatização da pedagogia (reforçada com a expulsão dos jesuítas), a prevenção contra as ideias filosóficas mantêm-se e a dicotomia não se desfaz. As vertentes e horizontes do conhecimento estão na ordem do dia.

Muito da labuta legislativa de 1772 só vê a luz do dia no reinado de D. Maria, e alguma dela até fora da Universidade. A preocupação pragmática do conhecimento agora compaginada com a valorização do económico, só tomará corpo com a Academia Real das Ciências, inicialmente proposta pelo Reitor da Universidade de Coimbra, na *Relação Geral do Estado da Universidade de Coimbra*⁽⁵⁴⁾, apelidando-a *Congregação Geral das Ciências para o adiantamento, progresso e perfeição das Ciências Naturais*. Tal como é visível em textos de Ribeiro dos Santos e de outros futuros membros da Academia visa-se a promoção dos novos conhecimentos e a sua utilização pragmática na valorização da Nação. Existe uma relação directa entre conhecimentos e a sua utilização na procura do progresso da Nação, na medida em que a manutenção da actualização permanente dos conhecimentos equivale a promover as actividades produtivas e comerciais, que permitirá a prazo recolocar Portugal entre as nações de maior poder e prestígio⁽⁵⁵⁾.

5. Sublimar os saberes “de ponta” do século, perspectivando uma teorização do progresso da história humana, assente numa hierarquização dos saberes que buscam a justificação do Criador na harmonia da Criação. A *Epístola a Josino* de Elpino Duriense⁽⁵⁶⁾ testemunha-o. A poesia didascálica serve três dimensões: intenções cientí-

⁽⁵³⁾ Cf. Pedro Calafate, *ob. cit.*, 1991, pp. 447-457.

⁽⁵⁴⁾ Teófilo Braga, *Francisco de Lemos e a Reforma da Universidade*, Lisboa, 1894.

⁽⁵⁵⁾ Cf. João Luís Lisboa, *Ciência e Política, Ler nos Finais do Antigo Regime*, Lisboa, INIC, 1991.

⁽⁵⁶⁾ Nome arcádico de Ribeiro dos Santos.

ficas, conotações ético-morais e busca na natureza de uma harmonia ausente do mundo dos homens. Nas suas *Recreações Botânicas*, Alcipe projecta a valorização do saber, enquanto conteúdo reabilitador nas vertentes física e moral. O conhecimento da natureza transpõe referenciais metafísicos sobressaindo o valor da experiência para o entendimento do mundo. Simultaneamente o seu magistério é um constante apelo à regeneração social cabendo à nobreza um papel neste período difícil da História Pátria. Agostinho de Macedo salienta a perspectiva moral que deve sobressair da poesia, permitindo através de "argumentos sensíveis, a contemplação das causas finais e a existência de Deus". Celebra o conhecimento e o seu valor moral através de um discurso marcado pelo viés fisicista, expressão à época, de um newtonianismo moral⁽⁵⁷⁾.

No que toca a preocupações éticas, elas surgem ligadas a uma dimensão técnica de cariz fisiocrático, assumido, por exemplo, em Ribeiro dos Santos⁽⁵⁸⁾. É na conexão entre saber técnico e ensino politécnico que se perspectivam as actividades da Academia Real das Ciências. Extensão da "lógica do mundo verneiano" reflecte ainda a reestruturação mental e científica promulgada por Pombal. Os dois invariáveis⁽⁵⁹⁾, estão presentes na transformação por que passou o mundo universitário em 1772 e no período subsequente.

As transformações legislativas trouxeram a curto ou médio prazo transformações a três níveis: método de ensino e hierarquização das ciências, instituições e labuta intelectual. Alterou-se radicalmente o método de estudo das diferentes ciências dando-se abertura ao método experimental, promovendo-se e valorizando-se o estudo da Matemática, e em particular, da Filosofia Natural. Promovem-se, afinal, as ciências mais importantes para o prestígio e poder de Portugal e as comodidades da vida dos nacionais. No entanto, e em comparação com o que por lá fora se ia realizando, a concentração em um só curso o estudo da filosofia experimental dificultava a tarefa de promoção desta ciência – concentrou-se em um só curso de História Natural o estudo dos seus três ramos, ou seja, botânica, zoologia,

(57) Cf. José Agostinho de Macedo, *A Meditação*, Lisboa, Na Imprensa Régia, 1818, citado por José Esteves Pereira, "Natureza e Expressões do saber [...]", 1984.

(58) José Esteves Pereira, "Natureza e Expressões do saber [...]", 1984.

(59) João Lisboa, *ob. cit.*

anatomia e fisiologia comparadas, e a mineralogia. Promove-se também o estudo da Física e da Química. A Faculdade de Filosofia passa a funcionar com as cadeiras de Filosofia Racional e Moral, História Natural, Física Experimental e Química Teórica e Prática. O ensino agrícola data de 1791, sempre apegado a outras disciplinas. Em 1801 organizam-se planos de viagens e expedições filosóficas por províncias e distritos do reino, que só terão lugar em 1806⁽⁶⁰⁾ – entretanto as da Academia Real das Ciências realizam-se desde 1779.

Do ponto de vista das novas instituições criadas enumeremos, para além das Faculdades de Matemática e Filosofia, o Laboratório de Química, o Gabinete de Física – onde se destacam os trabalhos de mecânica de alguns dos seus directores como Dalla Bella ou Domingos Botelho –, o Museu de História Natural – com as primeiras colecções de Domingos Vandelli e José Rollim Van-Deck – e o seu complemento vivo, o Jardim Botânico. A produção literária científica desenvolve-se à luz da alteração contextual. Salientemos, a mero título de exemplo, os trabalhos de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, Bernardino António Gomes, José Correia da Serra ou Félix Avelar Brotero.

No espaço de tempo que medeia, os textos de Vernei e estas transformações institucionais no campus universitário, algo se modifica na mentalidade portuguesa de setecentos – o económico transformou-se em ingrediente de mentalidade. Estruturou-se um conhecimento útil da natureza e sua intelegibilidade científica, pela vertente económica. Ao interesse estético anda, na década de oitenta, associado um discurso fisiocrático. O económico na literatura pré-pombalina é um apêndice. Vernei, apesar do seu desejo reformador, não escreve nada sobre o assunto. Do ponto de vista institucional só o Marquês, antes talvez o Cardeal da Mota e Alexandre de Gusmão, se debruça sobre a problemática mercantilista europeia. Os últimos quarenta anos de setecentos vêem emergir, pela sua frequência e delimitação do âmbito de estudo, uma economia política articulada com uma pedagogia. Esta emergência do económico é filha, como vimos, do desenvolvimento da Filosofia Natural e do desejo de transformação da realidade física da Nação, motivado pela tomada de consciência das carências materiais. A natureza surge como resistência que urge transformar. As seriações das espécies surgem seguidas de pro-

⁽⁶⁰⁾ Cf. Joaquim Simões de Carvalho, *Memória Histórica da Faculdade de Philosophia*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1872, pp. 44-50.

postas que permitam condições tecnológicas para o seu cultivo, denotando preocupações pragmáticas, a que as orientações da Academia Real das Ciências procuram dar corpo⁽⁶¹⁾.

Buscámos delinear as linhas de orientação do saber, projecto pedagógico e social, que se corporizou no poder, culminando o seu processo de institucionalização em 1772, mas cuja gestação teve lugar desde os anos 40 do século XVIII. As coordenadas traduziram um entendimento de transformação da sociedade portuguesa que assentavam num racionalismo, experimentalismo e naturalismo salvaguardando-se a "exegese na transmissão dos conhecimentos"⁽⁶²⁾ realizada e certificada no consumo, tradução e produção de uma literatura apologética. Esta matriz parece ter continuidade numa "determinada leitura de civilização, progresso e liberdade"⁽⁶³⁾ e onde o diálogo Razão e Fé, traduzindo um envolvimento sociopolítico, com um discurso de antifilosofismo e antideísmo de setecentos – de que é exemplo a atenção dispensada ao pensamento de Nicolas Sylvestre Bergier⁽⁶⁴⁾ – traduz uma análise das permanências e leituras da 1ª metade do século XIX⁽⁶⁵⁾.

(61) Cf. José Esteves Pereira, "Economia em Portugal no Século XVIII – Aspectos de Mentalidade", *Prelo*, Lisboa, nº 2, 1984, pp. 25-38.

(62) José Esteves Pereira, "As Ideias do Século", in *Portugal Contemporâneo*, (direcção de António Reis) vol. I, Lisboa, Publicações Alfa/Seleções Reader's Digest, 1996, p. 288.

(63) Cf. *Idem, ibidem*, pp. 287-294.

(64) O seu pensamento foi um dos núcleos do estudo que realizámos em *A Apologética Cristã em Portugal (1670-1818)*, dissertação de mestrado em História Cultural e Política apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, dactilo-escrito, 1993.

(65) Cf. José Esteves Pereira, "As Ideias [...]", 1996.